

## **Identities, pertencas e afinidades dos jovens descendentes de imigrantes africanos na Área Metropolitana de Lisboa**

### ***Identities, belongings and affinities of young descendants of African immigrants in the Metropolitan Area of Lisbon***

Alejandra Ortiz\*

**Resumo** Este artigo pretende descrever os processos identitários dos jovens descendentes de imigrantes africanos residentes na Área Metropolitana de Lisboa. Sabe-se que a identidade destes jovens se constrói a vários níveis, a partir da diferença e da semelhança entre a cultura africana e portuguesa, mas também por elementos sociais, culturais e geracionais. Eles vivem assim numa intersecção de pertencas, num continuum de negociações e resistências. Como é que estes jovens se auto-definem e como é que pensam que são identificados pelos outros? Quais são os fatores mais importantes que orientam o seu processo identitário? Estas são questões que iremos analisar e que contribuem para a compreensão do seu processo de integração nas sociedades europeias. O artigo baseia-se numa investigação etnográfica e quantitativa realizada no âmbito do projeto europeu intitulado, "*Para uma construção social de uma Europa jovem: a experiência da inclusão e exclusão na esfera pública entre os adolescentes imigrantes de segunda geração*", TRESEGY, cujo principal objetivo foi estudar os fatores de inclusão e exclusão dos jovens de segunda geração na Europa.

**Palavras-chave** Migrações, Identidade, Juventude, Pertencas

**Abstract** This article pretends to describe the processes of identity/ies formation among the youth of African descent, living in the Lisbon Metropolitan Area. The identities of these youth is built out of many elements, between difference and similarities, influenced by the African and the Portuguese cultures, but also by generational, social and cultural elements. They live situated across the intersections of multiple belongings, along a continuum of simultaneous negotiations and confrontations. How do this youth identify them and how do others define them? Which are the main elements that

\* CIES-IUL, Alejandra.Scaglione@iscte.pt ou aleortizscaglione@gmail.com

influence their identity building? These are the issues that guide our analysis which pretend to contribute to a better understanding of the integration of these youth in the European societies.

This study draws on theoretical reflections on quantitative and qualitative data as part of the comparative European research project entitled “*Toward a social construction of an European youth: the experience of inclusion and exclusion in the public sphere among second generation migrated teenagers*”, TRESEGY. The project focused on the factors of in- and exclusion of second-generation migrants in Europe.

**Keywords** Migration, Youth Identity, Hybridity, Belongings

# ■ Identidades, pertencas e afinidades dos jovens descendentes de imigrantes africanos na Área Metropolitana de Lisboa

Alejandra Ortiz

## Introdução

A inclusão dos imigrantes tem sido objeto de diversas análises quer de âmbito político quer académico, tendo-se tornado, nos últimos anos, uma questão fundamental nas sociedades contemporâneas e um desafio para os governos europeus. O estudo dos processos de inclusão implica uma análise multidimensional onde se interrelacionem dimensões de carácter histórico, económico, social, cultural e psicológico. Este artigo pretende contribuir para a compreensão da inclusão através da análise dos processos identitários dos jovens da denominada *segunda geração* de imigrantes africanos<sup>1</sup>. Tendo em conta o carácter dinâmico, complexo e contingente da identidade, fala-se hoje de processos identitários, entendendo-se aqui a identidade como um processo em contínua formação pressupondo a existência de identidades múltiplas ancoradas em diferentes âmbitos. A identidade não só nos define como nos posiciona no mundo social e é através dela que construímos o nosso sentimento de pertença. Nas sociedades modernas, os processos migratórios constituem espaços privilegiados para analisar a construção destas identidades, espaços esses onde a diversidade cultural, bem como a diversidade de pertencas, origina situações ambíguas, particularmente quando as nossas pertencas se confrontam com as pertencas que os outros nos atribuem influenciadas pelos estereótipos dominantes.

## Contexto nacional: Portugal e a integração da *segunda geração* de imigrantes.

Tradicionalmente Portugal tem sido um país de emigração. Os primeiros imigrantes começaram a chegar na década de 60 intensificando-se a partir de 1974 com a independência das ex-colónias africanas. Na década de 80 os fluxos migratórios começam a adquirir maior importância, devido à adesão de Portugal à União Europeia. Dentro dos primeiros imigrantes africanos, destacam-se os provenientes de países de língua oficial portuguesa (PALOP) com particular relevância para Cabo Verde. A partir dos anos 80 com a diversificação dos fluxos, somam-se imigrantes provenientes do Brasil, e mais recentemente, da Europa do Leste, em especial da Ucrânia e da Roménia e ainda da Ásia. Assim, as comunidades que atualmente contam com a chamada *segunda geração*, filhos de imigrantes nascidos no país de destino, são praticamente as comunidades africanas dos PALOP.

Os inúmeros estudos efetuados sobre as questões relativas à *segunda geração* de imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, em geral, tendem a centrar a sua atenção nos processos de integração. Ditos estudos têm dado pouca relevância a as-

petos como a identidade e a socialização entre outros. As teorias clássicas sobre a assimilação (Alba e Nee 2003; Gans 1992) e assimilação segmentada (Portes 1999; Portes *et al.* 2006; Portes e Zhou, 1993) referem-se principalmente aos processos coletivos, centrando-se na dimensão económica e social da integração. Salientam os aspetos que conduzem à mobilidade ascendente destes imigrantes mas não consideram o seu declínio (Gans, 1992, 2009). As transformações a nível individual, incluindo aspetos identitários e culturais, ou são escassamente tidas em conta ou são subvalorizadas, conduzindo a uma conceção demasiado otimista da integração. Uma análise pormenorizada das diferenças e semelhanças no processo identitário dos descendentes de imigrantes evidencia que as diferenças *étnicas/raciais*, longe de desaparecerem ou de serem substituídas pelas diferenças culturais, tendem a reforçar-se. Sendo assim, deve-se repensar as questões relativas à integração destes jovens não assumindo *a priori* que os filhos dos imigrantes representam uma segunda edição dos seus pais, herdando *per se* a condição de imigrantes (Padilla, 2007).

Embora atualmente Portugal constitua uma sociedade plural, na qual convivem imigrantes e seus descendentes, é também uma sociedade onde surgem identidades contestadas no contexto de constrangimentos sociais (Woodward, 2004).

Este artigo pretende analisar diferentes aspetos que constituem a identidade destes jovens, sem que haja predominância de uns sobre os outros. Como argumenta Machado (2002) a etnicidade e a classe devem ser consideradas igualmente importantes.

### **Pertenças e afinidades: explorando a construção das identidades**

Ao longo da história das ciências sociais, o conceito de identidade tem sido alvo de diferentes definições e abordagens. Analisaremos a construção da identidade através das características mais importantes da auto-representação, que chamaremos *auto-identidade* e da hetero-representação, entendida como a *identidade social*. Entendemos aqui a construção da identidade como um processo de formação contínuo e inacabado que relaciona a *auto-identidade* e a *identidade social*. Seguindo a definição de Hall (2000:108), consideramos que

*“...as identidades não são nunca unificadas; que elas são na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fracturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagónicas. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.”*

Se a subjetividade nos permite sermos diferentes de alguns também nos faz aproximar a outros, conformando assim a nossa *auto-identidade*. Quanto à *identidade social*, refere-se a uma pluralidade de “posições subjetivas” (raça, classe, etnicidade, sexo) que são abertas, instáveis e historicamente contingentes. A identidade social é sempre contingente e precária, construída na intersecção de múltiplas posições (Mouffe, 1994).

Nas sociedades pré-modernas, a classe social era considerada a categoria central de qualquer estrutura social, sendo uma força determinante na conceção da identidade. Nas sociedades contemporâneas, pelo contrário, existe uma pluralidade de “centros”, sendo muitos os espaços onde emergem as novas identidades (Laclau e Mouffe, 1985). Este surgimento de múltiplas afinidades (étnicas, culturais, religiosas, etc.) não vêm necessariamente a substituir as tradicionais diferenças socioeconómicas.

Sendo assim, no contexto das migrações, as identidades são sempre negociadas e ambíguas, invocam uma origem no passado, que continua no presente, mas que simultaneamente acrescenta outras pertenças da sociedade onde residem, da vida quotidiana e ainda dos fluxos da cultura global (Soysal, 2000; Hall, 2003). A construção da identidade pode ser também analisada como um processo de inclusão num grupo determinado, mas para tal não é suficiente partilhar as mesmas características, mas também ter consciência dessa semelhança. “*Por um lado, implica que haja afinidades entre os membros do grupo, sejam elas reais ou simbólicas, e, por outro lado, que o grupo se defina em função de um referente, de um “outro”, num contexto de interação.*” (Saint-Maurice, 1997:12). A identificação com um determinado grupo, pode dar-se assim ao nível pragmático (em termos de práticas semelhantes) e/ou ao nível simbólico (em termos de sentimentos de pertença). Neste sentido um jovem pode identificar-se com a sua comunidade de origem em termos simbólicos e simultaneamente com um grupo de jovens lisboetas de *rap*, em termos de práticas sociais.

De facto todas estas pertenças possuem uma carga emocional moldando o comportamento dos indivíduos.

No desenvolvimento de pertenças e afinidades, a percepção da sociedade e o comportamento dos outros é particularmente importante. Nas sociedades hierarquizadas, a identidade étnica se associa ao poder e ao não-poder da etnia que se manifesta na sua racialização. Neste sentido, a racialização é entendida nos processos ou situações onde a raça é envolvida como uma explicação. Quando falamos de etnia, devemos ter em conta as relações hierárquicas que o termo implica, sendo possível entendê-lo como princípio organizador de comportamentos e atitudes para com os imigrantes. (Murji e Solomons, citado por Joel Windle, 2008).

## Identidade híbrida ou “mistura” de? – Significado e críticas

Analisaremos agora, o conceito de hibridização no sentido de *identidade mista*. Têm surgido diversas discussões à volta do conceito de hibridismo, quer ao nível da cultura híbrida, quer da identidade híbrida, como características das sociedades contemporâneas. Estes conceitos representados como os modelos das sociedades contemporâneas interculturais devem ser analisados também em termos de pós-colonialismo e globalização, sobretudo em países que outrora foram potências imperiais, como é o caso português.

É precisamente nas sociedades pós-modernas, caracterizadas por processos de globalização, interculturalidade, diáspora e mobilidade, que a identidade híbrida denota a “*identidade do futuro*” que segundo autores como Jin Haritaworn (2009) ofusca conceitos como o de raça. Estas identidades mistas (híbridas) acabam por encobrir diferenças mais estruturais que continuam a produzir desigualdades. Não pretendemos sobrevalorizar as diferenças de classe e género em detrimento das diferenças *étnicas/raciais*, mas sim chamar a atenção sobre a importância de todas elas na conformação das desigualdades e na construção da identidade.

Na sua aceção clássica, o conceito “híbrido” pode ser entendido em dois sentidos, tal como sublinha Young (1996): por um lado, como a descrição de uma combinação de elementos diferentes e, por outro, como um processo, onde um espaço de descontinuidades é construído. Embora se trate de um conceito que apresenta um importante desafio às noções essencialistas de etnicidade e de identidade, a sua utilização concentra-se mais nos aspetos culturais do que nos aspetos sociais, de desigualdades e exclusão. Neste sentido, pressupõe-se uma ocultação das hierarquias culturais. A insistência na dimensão cultural como fundamento desta identidade híbrida baseada nas componentes de raça, língua, religião, costumes e memória, desvaloriza os aspetos sociais de classe e de género, bem como a dimensão subjetiva da identidade, expressa na consciência e na experiência dos indivíduos. E é exatamente por encobrir as hierarquias raciais e as relações de poder, que este conceito tem sido utilizado nos discursos políticos para descrever uma realidade social multirracial e intercultural que, longe de ser o resultado “natural” em contextos de imigração e de relações pós-coloniais, é socialmente construída por conveniência da cultura dominante. Estamos frente ao que Canclini (1995) chamou “hibridização tranquilizadora”, onde as diferenças culturais prevalecem, encobrendo as desigualdades sociais.

Este discurso otimista e atrativo sobre o hibridismo, associado aos conceitos de diversidade e de pluralismo, conceitos bastante positivos, serve segundo Chow (1998) para encobrir questões políticas e históricas sobre as desigualdades e o passado colonial, ignorando a pobreza e a dependência económica que persiste nas sociedades recentemente tornadas independentes. Nesta mesma linha, a crítica realizada por Spivak (1999) refere que o conceito de hibridização, enquanto produto das migrações,

se centra nas metrópoles não prestando mais atenção aos países de origem. Assim, questionamo-nos, e seguindo o argumento de Hutnyk (2005), sobre se o conceito de hibridismo não será utilizado como uma nova ferramenta conceptual para desviar a atenção, numa tentativa de manobrar as consequências culturais da globalização e do pós-colonialismo. O hibridismo e o pluralismo, na atual distribuição mundial do poder, só podem confirmar e reforçar as hierarquias existentes.

## **Metodologia de trabalho**

Para compreender os processos de formação da identidade destes jovens, recorreu-se às disciplinas da sociologia e antropologia, estudos sobre a juventude, sobre o seu consumo e lazer, estudos urbanos, culturais e de relações sociais de classe. A análise quantitativa deriva dos inquéritos realizados em escolas<sup>2</sup> da Amadora e Vale da Amoreira na área Metropolitana de Lisboa (AML)<sup>3</sup> durante 2007 e 2008. Quanto à análise qualitativa, utilizaram-se técnicas de observação, entrevistas em profundidade e participação em atividades com jovens.

A etnografia realizou-se exclusivamente no bairro Vale da Amoreira (VA), considerado como um *bairro misto* e multicultural. Até à década de 70, este bairro teve um crescimento populacional muito lento, com uma violenta explosão demográfica a partir de 1974 devido à chegada dos nacionais, também denominados *retornados* das ex-colónias. Esta explosão demográfica permitiu um rejuvenescimento da população o que justifica que atualmente 40% dos habitantes sejam jovens com idade inferior a 25 anos. Cerca de metade da sua população é constituída por descendentes de africanos, dos quais a maioria são de origem angolana, seguida de cabo-verdianos e guineenses.

## **Características sociodemográficas dos jovens: resultados quantitativos**

A primeira fase da investigação corresponde à análise quantitativa dos questionários aplicados a jovens nacionais e imigrantes entre os 15 e os 24 anos residentes em duas zonas da periferia de Lisboa. Os aspetos analisados correspondem às características sociodemográficas relativas à família, educação, situação profissional, habitação, sociabilidade, discriminação e expectativas [mais informação em Padilla e Ortiz (2008) e Padilla, Rodrigues e Ortiz (2008)]. A amostra é constituída por 567 jovens, dos quais 264 são de origem nacional e 303 são de origem imigrante. Em termos de género, 60% são raparigas e 40% rapazes, dando-se uma superioridade do género feminino em ambos os subgrupos. Considerando a idade, a maioria dos nacionais (86.4%) e em menor percentagem dos descendentes de imigrantes (62.8%) tem entre 15 e 18 anos. A idade média dos nacionais é de 17.0 e de 17.9 no caso dos imigrantes.

Relativamente ao país de nascimento, verifica-se que no total dos jovens nacionais, 97% nasceu em Portugal o que corresponde a 254 dos 264 casos. Os restantes 10 casos dividem-se da seguinte forma: dois nasceram em Angola, dois na Suíça, um na Alemanha, um na Guiné-Bissau, um na África do Sul e outro no Canadá.

**Quadro 1 – Nacionalidade dos jovens descendentes de imigrantes**

Nacionalidade	Imigrantes	
	N	%
Portuguesa	125	47.0
Cabo-verdiana	61	22.9
Angolana	19	7.1
Guineense	33	12.4
Santomense	14	5.3
Brasileira	8	3.0
Outros	6	2.3

Quanto aos jovens descendentes de imigrantes, 46% deles nasceram em Portugal, a denominada *segunda geração* e os restantes 54% nasceram fora de Portugal. Os três principais países de nascimento são Cabo Verde (17%), Guiné-Bissau (14%) e Angola (13%). No que se refere à nacionalidade, verifica-se que 47% tem nacionalidade portuguesa o que corresponde a 125 jovens. Para uma interpretação mais correta deste valor, importa referir, no entanto, que 6% dos jovens descendentes de imigrantes, nascidos em Portugal, ainda não obteve a nacionalidade portuguesa, sendo a maioria deles originários de Cabo Verde.

No que diz respeito à composição da família<sup>4</sup>, vemos que cruzando esta variável com a origem dos jovens existe uma correlação significativa entre o número de integrantes da família e a origem dos jovens<sup>5</sup>. No subgrupo dos jovens descendentes de imigrantes, a média corresponde a 5.15 integrantes por família, enquanto a média para os jovens nacionais é de 3.85. Neste sentido podemos afirmar claramente que os jovens descendentes de imigrantes inquiridos vivem em famílias maiores, em comparação com os jovens nacionais. Outro indicador que ilustra esta diferença é a percentagem obtida quando se lhes pediu “*assinala as pessoas que vivem na tua casa*”, uma vez que 77% dos descendentes de imigrantes (contra 57% dos nacionais) referem a presença de outros familiares para além dos familiares diretos (pais e irmãos), mencionando principalmente, avós, cunhados e sobrinhos. Também em relação à família, devemos salientar que do total de casos (N=567), 308 (54%) vive com os pais contra 46% que ou não vive com ambos os progenitores, ou vive só com um deles, ou sem nenhum deles.



Tendo em conta a origem daqueles que vivem com ambos os pais, 63% são nacionais e só 37% são jovens descendentes de imigrantes. A maioria dos jovens, quer nacionais (92%), quer descendentes de imigrantes (76%) habita com a mãe. Relativamente ao pai, apenas 46% dos jovens descendentes de imigrantes habitam com o pai. As principais razões apontadas para este facto são: desconhecer quem é o pai, pais divorciados ou pai a residir fora do país.

No que diz respeito à educação dos pais, existem diferenças, quer em termos de origem, quer em termos de género. Segundo os dados apresentados no Quadro 3.2, comparando por origem, podemos afirmar que para todos os níveis de ensino analisados os valores mais elevados são obtidos pelos pais nacionais. Por outras palavras, a brecha educacional entre os pais nacionais e os pais imigrantes é claramente significativa. As diferenças entre as mães nacionais e as mães imigrantes são sempre expressivas, enquanto as diferenças entre os pais nacionais e os imigrantes, são somente expressivas ao nível do ensino obrigatório e universitário. Comparando em termos de género, os dados também apresentam diferenças significativas<sup>6</sup>. As maiores diferenças entre mães e pais encontram-se ao nível secundário para os nacionais e ao nível obrigatório para os imigrantes, mas sempre a favor das mães.

**Quadro 2 – Nível de escolaridade dos pais (em percentagem)**

	Nacionais		Imigrantes	
	Mãe	Pai	Mãe	Pai
Sem escolaridade	4.9	6.8	14.5	9.6
Obrigatória	39.4	40.9	33.7	25.4
Secundária	25.4	20.1	15.8	19.5
Universidade	11.4	12.2	3.6	4.0

Quanto à condição perante o trabalho dos pais, em ambos os subgrupos, a grande maioria (70%) encontra-se empregada, se bem que existam diferenças no que se refere ao tipo de trabalho. Em termos gerais podemos afirmar que os pais nacionais têm melhores empregos do que os pais imigrantes. Enquanto os nacionais trabalham nas áreas dos serviços, técnicos e administrativos; os pais imigrantes, na grande maioria desempenham trabalhos não qualificados, nomeadamente, nas limpezas (sobretudo as mães) e construção civil. É interessante assinalar que em termos de género, o mercado de trabalho para as mulheres encontra-se claramente segmentado: 20% das mães nacionais e 55% das mães imigrantes trabalham nas limpezas. No caso dos homens, apesar de existir uma elevada concentração no sector da construção civil, o mercado de trabalho apresenta-se mais diversificado em termos de tipo de ocupação. Com respeito aos rendimentos, cabe assinalar que uma grande

parte dos pais de ambos os subgrupos recebe subsídios de desemprego sendo esta situação mais comum no subgrupo dos imigrantes.

Quanto à questão da identidade, medida em termos geopolíticos, observa-se que as variáveis mais importantes na identificação portuguesa correspondem ao país de nascimento e ao ano de chegada a Portugal. A importância da identidade portuguesa<sup>7</sup>, como era de esperar, verifica-se, em média, maior nos jovens nascidos em Portugal (4.03) e menor nos jovens nascidos na Guiné-Bissau (2.79). Considerando unicamente os jovens nascidos fora de Portugal, observamos que os jovens nascidos em Angola (3.31) são os que em média se identificam mais com Portugal. No que respeita ao ano de chegada, observamos que existem diferenças significativas na identificação portuguesa e na identificação estrangeira<sup>8</sup>, verificando que os jovens que chegaram há mais de 10 anos possuem em média uma identidade portuguesa maior que os jovens que chegaram nos últimos 5 anos. Quanto à identidade estrangeira<sup>9</sup>, deixando de lado os jovens nascidos em Portugal, observamos em média uma maior importância nos jovens nascidos em Cabo Verde (3.65) e Guiné-Bissau (3.59) face a uma menor importância nos jovens nascidos em São Tomé e Príncipe (2.70) e Angola (2.71), independentemente do ano de chegada.

Relativamente aos aspetos mais importantes da identidade, destacamos na *auto-identidade*, ou seja, na perceção que eles têm de si próprios, aspetos relacionados com o “ser jovem” como se indica no Quadro 3.3. Aspetos como a idade, género e estilo de roupa têm um peso maior em todos os jovens, independente da sua origem. Este reconhecimento de ser jovem reforça a importância da juventude como etapa da vida e como referência identitária. Mas considerando agora unicamente o subgrupo dos jovens descendentes de imigrantes pode-se observar que outros aspetos apresentam também importância ao nível da auto-identificação; a cultura, a origem, a religião e a cor da pele.

**Quadro 3 – Aspetos mais importantes da identidade comparada por origem (em média)**

	Nacionais	Imigrantes
Idade	2,78	2,93
Género	3,21	3,13
Estilo de roupa	2,61	2,78
Religião	1,82	2,33
Origem	2,30	2,81
Cultura	2,36	2,73
Cor da pele	1,79	2,21
Orientação sexual	2,54	2,63
Status económico	2,09	2,45

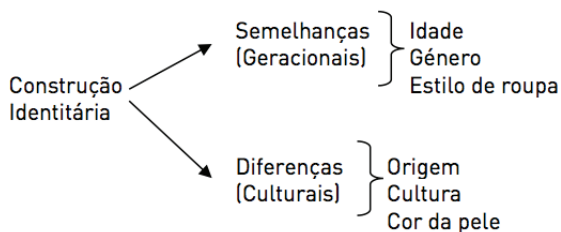
Outro aspeto da identidade analisado refere-se a como somos percebidos pelos “outros”, o que chamamos de *identidade social*. Neste sentido, observamos que para todos os jovens, a idade é o aspeto mais importante de identificação exterior, seguido dos aspetos de género e estilo de roupa. Considerando, unicamente, o subgrupo dos jovens descendentes de imigrantes, os aspetos “culturais” assumem-se como sendo de grande relevância.

Em resumo, comparando ambos subgrupos de jovens verificam-se diferenças em termos de composição familiar, educação, trabalho e identidade. Os jovens descendentes de imigrantes vivem geralmente em famílias mais numerosas, particularmente os provenientes da Guiné-Bissau, se bem que menos de metade (37%) vive com ambos os pais. No que diz respeito à educação dos pais, os pais nacionais destacam-se em todos os níveis de ensino frente aos pais imigrantes e em termos de género, as mães distinguem-se no nível obrigatório e secundário. No que se refere ao tipo de trabalho, os pais nacionais têm em termos gerais trabalhos mais qualificados do que os pais imigrantes. As características mais importantes na construção da *auto-identidade* para a maioria dos jovens são a idade, o género e o estilo de roupa. Estas características são aquelas que os assemelham aos outros jovens. No entanto, no subgrupo dos descendentes de imigrantes, somam-se as características “culturais” que são precisamente aquelas que os diferenciam dos outros. Quanto à *identidade social*, para o grupo dos nacionais a auto identificação coincide praticamente com a identificação que os outros fazem deles, enquanto os descendentes de imigrantes continuam associados aos aspetos de origem étnica.

### **Construindo identidades: entre a semelhança e a diferença.**

Como já foi dito, existem diferentes abordagens no estudo da identidade, desde as perspetivas psicológicas às sociológicas. Para tentar sintetizar, diremos que as identidades são construídas e produzidas no (e pelo) meio envolvente em interação contínua entre as subjetividades dos atores que se constroem a si próprios através de um processo reflexivo – e as condições sociais existentes, no decorrer da vida quotidiana (Giddens, 1994). Seguindo este raciocínio, podemos então falar de uma identidade comum a estes jovens, diferente dos outros jovens? A identidade forma-se através dos aspetos que os aproximam e os afastam dos outros jovens envolvendo aspetos geracionais e “culturais”. Ambas características, como se ilustra na Figura 4.1, são importantes quer na perceção dos jovens sobre si próprios (*auto-identidade*) quer na perceção dos outros (*identidade social*), embora com matizes diferentes.

Figura 1 – Características da identidade dos jovens



Cabe esclarecer que o conceito de cultura será entendido como práticas, valores e ações sociais desenvolvidas por uma determinada comunidade e que constituem a forma de ser e de estar no mundo. Neste sentido, a cultura envolve não só as crenças, comportamentos, valores, costumes e tradições próprias mas também aquelas que são indicadas pelos outros, determinando o significado de ser imigrante, ser português ou ser africano.

### **Ser jovem: sentimento de pertença.**

Tal como se referiu anteriormente, entre as características relacionadas com a juventude, destacamos a idade, a importância do género e do estilo de roupa. A juventude é definida como a fase da vida na qual já não se é criança mas ainda não se é reconhecido como adulto. Encontra-se assim demarcada pelas condições fisiológicas “*naturais*”, por um lado e pelas condições sociais, por outro. O que define os jovens é precisamente a diferença com os adultos. A juventude envolve transição para a vida adulta e encontra-se fortemente associada à autonomia pessoal e económica (trabalho remunerado), familiar (cônjuge e/ou filhos) e habitacional. Relativamente ao modelo de transição, como referido por Machado Pais (1993:318), “*não se pode falar de uma forma típica ou unívoca de transição dos jovens para a vida adulta. As transições são múltiplas, distintas e diferentemente vividas pelos jovens.*” Nas sociedades contemporâneas, os jovens circulam por vários sistemas, entrando e saindo frequentemente do mercado de trabalho e do sistema de ensino. Este tipo de transição traz sentimentos de frustração que dificultam ainda mais seus processos de independência. No entanto, resulta ainda importante assinalar que, contrariamente aos pais, estes jovens contam com vantagens escolares e profissionais. Como vários estudos têm demonstrado, os jovens filhos de imigrantes têm mais escolaridade do que os seus pais (Machado, 2007; Ortiz, 2010; Padilla *et al.* 2008), conseguindo, embora de forma muito esporádica atingir a educação terciária e entrar de forma gradual em segmentos de mercado mais diferenciados, como por exemplo o dos ser-

viços e restauração. Por outro lado, devido precisamente à sua idade pode assistir-se a alguma resistência ou contestação ao estabelecido, face à acomodação vivida pelos seus pais. Nesta mesma linha, ainda se afirma a importância da proximidade entre os jovens filhos de imigrantes e os jovens em geral, confirmando que os filhos de imigrantes são mais parecidos com os jovens, do que os seus pais foram com a sua respetiva geração (Machado, 2007, Padilla e Ortiz, 2008). Contrariamente aos jovens nacionais, as expectativas dos jovens filhos de imigrantes são maiores que as dos seus pais, somando as suas próprias exigências às impostas pela sociedade.

Outro aspeto importante na identidade destes jovens refere-se às diferenças de género quanto às responsabilidades, liberdade e aproveitamento escolar. A responsabilidade pelas tarefas domésticas, pelo tratamento dos irmãos menores e/ou dos avós, recaem sobre as raparigas, verificando-se uma aceitação tácita das mesmas não sujeita à contestação. Nos rapazes estas responsabilidades são muito mais limitadas.

Quanto à questão da liberdade, observa-se que os rapazes podem sair mais à noite e passar mais tempo na rua, comparando com as raparigas que estão mais condicionadas à esfera privada. No que se refere ao ensino escolar, as raparigas são mais incentivadas a terminar a escola; contrariamente, os rapazes são incentivados a abandonarem a escola e a procurarem emprego, após terem falhado sucessivamente no percurso escolar, para ajudarem monetariamente a família. Neste sentido, as raparigas acabam por ser melhores alunas, não só porque se empenham mais, mas também porque tendem a ser mais incentivadas para isso e especialmente porque encontram na escola um espaço onde podem demonstrar que “são melhores” que os rapazes, o que as posiciona diferenciadamente em termos de poder já que noutros espaços públicos elas acabam por ficar num segundo plano, atrás dos seus pares masculinos.

Outra das características apontadas como decisórias da identidade, refere-se ao estilo de roupa, à imagem, ao vestuário e ao consumo juvenil. Existem muitas referências quando falamos da importância da imagem nos jovens. Nas sociedades contemporâneas, a importância crescente do *teenager market* e a intervenção dos *media* na criação de uma “imagem” juvenil encontra-se diretamente associada às práticas de consumo. O consumo de produtos e bens culturais por parte dos jovens constitui uma área significativa quer de apropriação do mundo contemporâneo, quer da expressão de identidade (Vilar, 2009).

Durante o trabalho etnográfico observamos esta preocupação pela imagem, tanto nos rapazes como nas raparigas. No entanto, apesar da importância atribuída ao *look* ser similar para ambos os géneros, verifica-se uma diferença ao nível dos estilos. Na maioria dos rapazes o estilo adotado relaciona-se com o Hip-Hop; camisolas largas e compridas e calças de cintura descaída, acompanhadas muitas vezes de bonés e ténis. As marcas da indústria da moda não ficam alheias, muito pelo con-

trário, algumas identificam estes jovens não só pelo seu desenho mas também pelo que representam (ser jovem é também ser “cool”). Às marcas internacionais como a Nike, Adidas, Levis juntam-se as cores, símbolos e acessórios africanos.

Quanto ao estilo do cabelo, os rapazes usam diversos penteados, recorrendo inúmeras vezes ao uso de *rastas* ou tranças. Este *look* dos rapazes é frequentemente associado a elementos negativos (gangs, delinquência, droga) quer pelos pais, quer pela sociedade envolvente.

As raparigas em geral adotam um estilo mais pop, camisolas *fancy*, mini-saias, *leggings* e calças de ganga. Dão muita importância à maquilhagem, ao tratamento das unhas e ao cuidado do cabelo. Também se destaca a utilização de todo o tipo de acessórios como pulseiras, brincos, fios, malas, etc., que são considerados fundamentais já que ressaltam a sua feminilidade. O tratamento do cabelo adquire nas raparigas uma dimensão maior, não só porque faz parte da sua imagem, mas também da sua vida social. “À volta do cabelo” dá-se grande parte da sua sociabilidade, saídas com amigas, procura de produtos nas lojas especializadas, representando para algumas delas uma fonte de rendimento. Duas raparigas entrevistadas eram especialistas na arte das tranças, o que as levou no verão a irem a casa de amigas e familiares para trançar os seus cabelos, recebendo dinheiro em troca. O penteado mais tradicional e o mais comum entre as raparigas são as tranças, mas também usam o cabelo comprido alisado ou o cabelo encaracolado. Tal como qualquer outro jovem, os jovens do VA em geral definem-se em termos de moda e de estilo de roupa. O vestuário – embora não tenha o mesmo significado social – aproxima-os dos outros jovens, distinguindo-os dos adultos.

Embora o consumo de alguns produtos como um certo tipo de música e de vestuário seja uma constante, o seu significado social está sujeito a diferenças étnicas. No caso dos jovens africanos de bairros sociais, prevalece uma associação claramente negativa, que envolve outras problemáticas como o insucesso escolar, as drogas e até a delinquência. Estes problemas sociais são muitas vezes reforçados pelos meios de comunicação (Machado, 2007) confirmando a tendência a estereotipar todos os jovens, homogeneizando-os. A exclusão social da qual são objeto, embora seja pluri-causal, produz um estranho efeito uniforme. Assim como estar dentro dos incluídos permite e promove uma diferenciação em termos de classe, nível educativo, profissão, género, etc. ser parte dos excluídos encobre todas estas diferenças sob uma homogeneização conveniente.

### **Ser africano sem sê-lo, resistência, aceitação e discriminação.**

Se referimos anteriormente as características que aproximam os jovens, analisaremos agora os aspetos que os diferenciam. Cabe aqui fazer uma referência aos aspe-

tos culturais que se encontram fortemente relacionados com a origem imigrante e com a discriminação. Embora estas características tenham sido mencionadas como constitutivas da auto-identidade, é na identidade social que prevalecem.

Por origem entendemos não só a naturalidade, mas também a procedência dos jovens (as ditas raízes). Em termos de desenvolvimento de sentimentos de pertença, a origem tende a predominar sobre o país de nascimento, conforme informação recolhida. Relativamente aos jovens nascidos em Portugal apesar de se considerarem a si próprios como portugueses, não se sentem necessariamente portugueses.

A aquisição da nacionalidade portuguesa, assunto que será aprofundado mais à frente, apresentou-se como um aspeto fundamental, que contribui para o desenvolvimento de sentimentos de pertença, tratando-se de um vínculo material, mas com grande força simbólica. Para estes jovens nascidos em Portugal, a origem funciona como articulador na criação da sua imagem baseada praticamente na inter-relação dos relatos orais e recordações dos pais (construídas sempre sob a dualidade império/colónia) e com as imagens igualmente construídas que existem na sociedade portuguesa sobre o seu país. A origem também resgata outros elementos que se relacionam com a imagem construída da “cultura africana”, independentemente do país de origem. Observa-se assim a importância do conceito de “pan-africa” que prevalece sobre cada país em particular.

No caso dos jovens nascidos fora de Portugal, a origem prevalece claramente na pertença à sociedade portuguesa. Alguns deles sociabilizaram-se no seu país de origem, deixando lá amigos, namorados e família, laços que são reforçados através do assíduo relacionamento que ainda mantêm. Particularmente ilustrativos da importância do país de nascimento na conformação da identidade observam-se dois casos, uma rapariga nascida na Guiné-Bissau e um rapaz de Cabo Verde que vieram para Portugal na adolescência, deixando para trás parte da sua família e amigos com os quais mantêm ainda fortes vínculos. No caso dos jovens que chegaram a Portugal quando eram crianças, observam-se situações múltiplas, dependendo de diversos fatores, sendo um dos mais importantes a sua relação com o seu país de nascimento, incluindo a periodicidade das viagens, a família que lá ficou e o motivo da saída. Estes jovens encontram-se numa situação mais vulnerável na construção da sua identidade, possuindo elementos fortes de ambas culturas.

É importante esclarecer o que é que estes jovens entendem por *cultura*. Trata-se aqui de um conceito muito amplo que engloba elementos que vão desde a língua, à música, ao vestuário, à comida, à forma de ser, à alegria e à solidariedade. Trata-se portanto, de diferentes atributos associados por eles à cultura africana, interpretados na diferenciação com a cultura portuguesa. O “*ser africano*” em Portugal nem sempre corresponde ao “*ser africano*” em África, no sentido que todos aqueles elementos que os identificam com África aparecem reforçados quando não se

encontram lá. Por outro lado, a cultura produz identidades, sociedades e também realidades distintas, como assinalado por Heaven (2003:153) “*a diversidade cultural dificulta ainda mais a complexidade da identidade, na medida em que abre lacunas e descontinuidades entre a maneira pela qual uma determinada comunidade se percebe a si própria e é percebida pelos outros*”. Por último, estas lacunas geram situações do tipo de ter que reafirmar continuamente frente aos outros “*quem eu sou*” ou mais precisamente, “*quem eu não sou*” lutando continuamente contra estereótipos criados com base na cultura de origem. Esta situação atua de forma dialética, tanto no sentido da cultura dominante sobre a minoritária, como da minoritária sobre a dominante. Neste contexto, estes jovens movem-se em ambas, apropriando-se de alguns elementos da cultura de origem, transmitida através dos pais, e transformando-os na prática ao combiná-los, como é o caso do Hip-Hop, presente no bairro. O resultado é uma mistura de elementos de diferentes origens, africanas, europeias e afro-americanas, atribuindo-lhes novos significados. Exemplos ilustrativos disto são especialmente a língua e a música. No caso dos cabo-verdianos, verifica-se a transformação e reinterpretação da língua. O Crioulo falado pelos jovens do VA é diferente do falado pelos pais. Esta nova versão do Crioulo mistura, para além de variedade de Crioulos falados no VA, termos portugueses e *slang* com palavras provenientes dos Estados Unidos. Embora esta nova versão do Crioulo seja bastante interessante em termos interpretativos, só é falada por alguns jovens, sendo o português a língua mais utilizada no bairro. Por outro lado, existem jovens de origem cabo-verdiana que, embora entendam o Crioulo, não o falam nem sequer na própria casa. Quanto à música, dentro dos ritmos tradicionais os mais ouvidos e dançados são a kizomba, o funana e o kuduro e fora deles, como referimos anteriormente, o rap e a cultura do Hip-Hop. Esta pertença, aliás, faz de ponte com outros jovens, dentro e fora de fronteiras. Esta cultura do Hip-Hop é reinterpretada por alguns dos jovens em termos de resistência e de compromisso. Esta identificação com o Hip-Hop, apesar de ser considerado um aspeto positivo de transculturalidade, pode também produzir novas fronteiras, estereotipando e resgatando os aspetos mais negativos, ou seja, a sua associação a uma cultura juvenil excluída e marginal. Por último a comida é associada à cultura de origem, estando contudo mais presente nos eventos especiais que no quotidiano. Entre as comidas tradicionais preferidas encontram-se a *cachupa*, a farinha de milho, a *moamba*, o milho grelhado e a mandioca.

Outra característica que os diferencia, relaciona-se com a cor da pele. De facto a racialização está muito presente nestes jovens. Esta característica que para a maioria é particularmente importante na identificação dos outros (*identidade social*) é também importante na configuração da própria identidade (*auto-identidade*). É também a principal causa de discriminação, prevalecendo sobre a origem imigrante e sobre outros aspetos associados negativamente como o bairro e a classe social. A tendência entre estes jovens é a de pensar que “os outros” os identificam mais pela sua cor da pele, uma vez que se trata de um aspeto visível e facilmente identificável, do que pela língua e outros aspetos da cultura de origem. Segundo eles a cor da pele não se



pode ocultar, colocando os jovens numa situação de vulnerabilidade face aos outros jovens, criando situações que envolvem sentimentos associados à inferioridade, à falta de autoestima e inclusive ao medo, tornando-se um forte condicionante como foi referido por vários jovens.

As características que temos vindo a analisar que assemelham e diferenciam os jovens encontram-se fortemente inter-relacionadas. Um claro exemplo observa-se nos gostos e nos bens de consumo; pelo facto de “*serem jovens*” partilham “*coisas de jovens*” (gostos, atitudes, dificuldades), mas por serem “*culturalmente diferentes*”, (neste caso diferenças étnico/raciais) estas “*coisas de jovens*” podem adquirir determinadas características culturais e sobretudo raciais (blackness). Assim, as ditas “*coisas de jovens*” tornam-se diferenciais por questões *étnicas/raciais*, o que acontece, como foi referido, no significado atribuído pelos jovens e pela sociedade ao Hip-Hop. No Festival Multicultural do Vale a música comercial (*worldmusic*) mistura-se com a comida tradicional africana, o rap canta-se em crioulo e as calças de ganga *Levis* e bonés *Nike* conjugam-se com acessórios tradicionais angolanos, reforçando assim o sentimento de “*ser jovem*”, mas por outro lado também de “*ser africano*”. Constrói-se assim uma pertença africana baseada na própria mistura de várias culturas, mas também na resistência ao meio circundante que assim os identifica.

Em suma, verificamos que os processos identitários dos jovens, desde a *auto-identidade* até à *identidade social*, se constroem na semelhança e na diferença. Questionarmo-nos sobre quais destes aspetos são mais importantes não se reveste de nenhum sentido, já que dependerá de cada caso em particular e do facto de todos eles serem interdependentes.

Focarmo-nos nas semelhanças pode contribuir para a obtenção de melhores resultados na aplicação de intervenções públicas de âmbito local. Tal como demonstram vários estudos realizados em bairros periféricos, pensar em estratégias transversais, e não restringidas ao bairro, pode também levar a obter melhores resultados em políticas de inclusão social.

### **Entre culturas: sobrevivendo a um sentimento comum...*não sou de lá, nem de cá...***

Como temos vindo a analisar, a identidade destes jovens transita entre a cultura africana e a cultura portuguesa. Ou seja, entre o ser africano e ser português<sup>10</sup>. Sendo esta situação comum a todos os jovens, a análise de alguns aspetos relevantes permitiu-nos construir uma tipologia identificando três grupos diferentes. Estes aspetos referem-se à naturalidade, nacionalidade, tipo de socialização e às práticas de discriminação no sentido de sentimento de pertença.

Como descrevemos anteriormente, a origem é fundamental na construção da identidade dos jovens, o que permite reconhecer diferentes afinidades quer com a cultura de origem quer com a cultura portuguesa. Neste sentido encontramos dois grupos diferenciados por naturalidade; os que nasceram em Portugal, a chamada *segunda geração* e os que nasceram fora do país. Neste segundo grupo observamos a existência de dois subgrupos, o dos jovens que vieram para Portugal quando eram crianças e aqueles que vieram na adolescência, verificando padrões diferentes de inclusão e de afinidade. Enquanto aqueles que vieram na adolescência mantêm fortes vínculos, sobretudo emocionais, com o seu país de origem (memórias afetivas), aqueles que vieram quando ainda eram crianças mantêm principalmente as memórias dos pais. Normalmente, os jovens tendem a identificar-se mais com o país onde têm as suas primeiras recordações, quer tenham ou não nascido lá, tal como mostram alguns testemunhos: Solange (16) *“Eu me sinto mais portuguesa que guineense, porque cheguei cá quando tinha seis anos e não tenho memórias de lá”*.

No que se refere à questão da naturalidade, outro aspeto interessante resulta da predominância da origem *cultural* em detrimento da origem *nacional*. Embora, os jovens entrevistados provenham de diferentes países africanos (Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau) as suas pertenças são sobretudo *“africanas”*. Esta identificação *africana* observada ao longo de toda a etnografia encontra-se fortemente racializada e responde em parte à importância da cor da pele. No entanto, embora a cultura africana seja importante na identificação destes jovens, existe uma grande diversidade de situações.

Uma questão fundamental e que diferencia claramente os grupos refere-se precisamente à aquisição da nacionalidade, sendo considerada pelos jovens como um elemento crucial, no momento de procurarem emprego. Na prática ter nacionalidade portuguesa não implica necessariamente uma melhoria das condições sociais dos jovens, mas garante os mesmos direitos e oportunidades, sendo o seu contributo em termos simbólicos fundamental na construção da identidade e na geração de sentimentos de pertença. A nacionalidade é também importante porque cria um sentimento de grupo ou não grupo, entre os que a têm e os que não a possuem, abrindo uma brecha entre os próprios jovens. Aqueles jovens descendentes de imigrantes que possuem a nacionalidade portuguesa não compreendem aqueles que não a têm, sendo para estes últimos um verdadeiro problema. Nas palavras de um dos jovens, *“...eles (os africanos com nacionalidade portuguesa) não sabem as dificuldades na procura de trabalho[...] eu nasci cá, sou de cá, mas como não tenho documentos, não posso votar[...] não posso ir à universidade.”*

A aquisição da nacionalidade é sem dúvida um factor fundamental, sobretudo quando é negada, constituindo um dos aspetos mais importantes a alterar. Apesar das mudanças na legislação sobre a nacionalidade<sup>11</sup> (Healy, 2011; Padilla, 2007), existem ainda hoje casos em que jovens nascidos em Portugal não têm nacionalidade por-

tuguesa. Embora a nova lei tenha sido positiva ao nível da burocracia e dos procedimentos, mantêm-se situações ainda complexas quando se solicita os antecedentes criminais do país de origem, documentos passados pelas entidades de países que passaram por situações de conflito ou guerra e documentos comprovativos, como certificados de escolaridade. Portanto, “*ser irregular*” faz parte do quotidiano de alguns jovens, restringindo-os de deveres cívicos enquanto cidadão. Como por exemplo, não poder exercer o direito de voto, ter um emprego precário, não poder efetuar estudos universitários por não possuir bilhete de identidade, etc.

Quanto à distribuição dos jovens por nacionalidade, verifica-se que a maioria nasceu em Portugal, à exceção de dois casos, um que obteve a nacionalidade através do pai e outro que possui dupla nacionalidade. Dentro dos jovens que não têm nacionalidade portuguesa, a maioria nasceu fora de Portugal, com exceção de três casos, dois de origem cabo-verdiana e um santomense. Estes três casos, apesar de terem apresentado o seu pedido, ainda não obtiveram resposta, sendo confrontados no quotidiano com este entrave. A nacionalidade é muito mais que um documento, é um reconhecimento, como diz Tânia “...*sorte que uma das primeiras coisas que fez o meu pai quando chegámos a Portugal foi tratar dos papéis nossos (dela e da irmã), porque o meu avô era português*”. Algumas das vantagens mencionadas pelos jovens em ter a nacionalidade portuguesa prende-se principalmente com o acesso ao mercado de trabalho, a empregos melhores e mais estáveis, a estudos superiores na universidade, possibilidade de viajar, direitos e deveres políticos e civis. Embora estas situações não conduzam inevitavelmente a uma melhoria das condições sociais destes jovens, abrem novas oportunidades. Por esse motivo, a dificuldade de acesso à nacionalidade gera empregos precários, muitas vezes considerados “fora da lei”, que subsequentemente geram pobreza e segregação social por parte dos jovens e restante família.

Um terceiro aspeto analisado refere-se ao tipo de socialização, entendida a mesma como aberta ou fechada, exógena ou endógena, interétnica ou intraétnica. A socialização experimentada pelos jovens é um fator orientador da sua identidade e contribui para o desenvolvimento de laços, pertenças e relações. Por um lado podem criar vínculos e gerar sentimentos de pertença e reconhecimento, por outro podem marginalizar fechando-os ainda mais às relações. Na grande maioria, os jovens entrevistados têm amigos dentro da comunidade africana, tendo em geral relações mais fechadas. Este tipo de relacionamento desempenha um papel importante nas relações chamadas primárias, que incluem a família e os amigos, mas também e sobretudo, nas relações secundárias que envolvem professores, patrões e colegas. Embora nas relações primárias sejam incorporados os principais valores e referências, são nas relações secundárias que se abrem os caminhos e as oportunidades.

Dentro da socialização também se encontram as relações de amizade, um pilar fundamental na formação da identidade na adolescência e juventude. Os amigos tam-

bém fecham ou abrem círculos e as redes de amigos são as que nos permitem atingir muitas vezes os nossos objetivos, sendo um suporte de contenção emocional e social muito forte. Em termos gerais, os amigos dos jovens provêm da escola e do bairro, mas como a escola está inserida no bairro, os círculos vêm-se muitas vezes circunscritos ao lugar de residência. Existem no entanto algumas exceções como é o caso da Tatiana (15) que frequenta uma escola em Lisboa e que relata “...as minhas amigas são todas de Lisboa e eu tenho ido muito à casa delas a visitá-las, mas elas ainda não vieram à minha casa no Vale...” Também a Ana abriu o seu círculo de amizade e tem muitas amigas portuguesas, além das amigas do bairro que são todas de origem imigrante. A partir da nossa análise e em conformidade com os resultados de outros estudos, podemos afirmar que uma sociabilidade mais aberta *tende* a uma identidade mais próxima da cultura portuguesa, enquanto uma sociabilidade mais fechada *tende* a uma identidade mais próxima da cultura de origem. Contudo, esta identificação maior com a sociedade portuguesa não leva necessariamente a uma maior integração, nem a uma mobilidade ascendente, não se verificando também o contrário.

Por último importa referirmo-nos às práticas de discriminação. Como vimos anteriormente, a cor da pele, mais do que a origem imigrante, é o principal motivo de discriminação nestes jovens, embora existam outros ligados ao bairro e às condições socioeconómicas. A cor da pele está intimamente relacionada com o racismo, indo contudo mais além. Existem diferentes abordagens no estudo do racismo, bem como diversas definições. Se por um lado, o racismo pode ser analisado ao nível institucional, histórico, ao nível dos comportamentos de discriminação e agressão e ainda ao nível cultural (Vala, 1999); por outro lado, este pode ser analisado em termos de ideologia, preconceito ou de prática (Taguieff, 1990). Como argumenta Taguieff (1990:117 citado por Grillo, 2003:163), “o racismo já não é articulado em diferenças entre as raças, mas sim é baseado em dois pilares fundamentais: a defesa de identidades culturais e a aprovação da diferença”.

Embora as diferenças *étnicas/raciais* pretendam ser substituídas pelas diferenças culturais, são complementadas por estas e acabam por ser aquelas que continuam a assinalar muitas das práticas discriminatórias analisadas. Seguindo o raciocínio do autor existem duas dimensões do racismo; o desigualitário ou de inferiorização que discrimina, outorgando uma posição inferior ao discriminado e o racismo diferencialista, que simplesmente rejeita e exclui o outro. O tipo de racismo aplicado à comunidade africana expressa-se na discriminação/inferiorização do outro que o restringe a uma posição inferior na sociedade (Marques, 2007). Este tipo de racismo está mais enraizado na sociedade portuguesa, tornando-se numa discriminação histórica e socialmente consistente e consolidada. Seguindo a definição de Vala (1999:14) entendemos o racismo como:

*“...uma configuração multidimensional e tendencialmente articulada de crenças, emoções, orientações comportamentais de discriminação, relativamente a indivíduos membros de um exogrupo, categorizado e objetivado a partir da cor, sendo aquelas reações suscitadas pela simples pertença desses indivíduos a esse exogrupo”.*

Este conjunto de ideias e crenças leva os indivíduos de um grupo a comportarem-se segundo os preconceitos existentes sobre outro grupo. Estes preconceitos geralmente associados a elementos negativos, traduzem-se em atitudes discriminatórias sobre aqueles indivíduos que não pertencem ao grupo dominante. Os conceitos de *raça* e *etnia* são construções sociais que permitem identificar e caracterizar grupos, no sentido de minorias, podendo ser utilizadas indistintamente, apesar de apresentarem diferenças. No que se refere a estes jovens, embora exista uma multiplicidade de situações, o facto de a sua visibilidade social se encontrar associada à ascendência africana faz com que sejam categorizados em função da cor da pele em vez da origem ou nacionalidade. Esta exclusão baseada na homogeneização responde a mecanismos do próprio processo de categorização, particularmente quando os indivíduos a ser categorizados pertencem a uma minoria considerada *“socialmente inferior ou problemática”*. Todo o processo de categorização impõe uma hierarquização, neste caso as hierarquias *“raciais”* são também *“étnicas”* e *“culturais”*: mas sobretudo quando expressamos a diferença cultural, estamos a considerar que somos melhores culturalmente. Por outro lado, quando as diferenças *étnicas/raciais* se tornam culturais (o que politicamente é mais correto e academicamente mais aceitável) as relações de poder assimétricas entre diferentes grupos tendem a diluir-se. É sabido que as atitudes discriminatórias podem ser, e de facto são, em ambos os sentidos desta relação, mas é importante ressaltar que esta relação é hierárquica em termos de poder, quer social quer simbólico. Portanto, a análise das práticas discriminatórias dependerá sempre do lado em que se estiver a analisar. Quando se está do lado mais vulnerável, é sempre uma forte condicionante.

Relativamente aos espaços onde é sentida a discriminação, além dos tradicionais meios de transporte, lojas e restaurantes, a escola tem sido um dos espaços mais recorrentes. Esta realidade torna-se particularmente interessante uma vez que é suposto que a escola seja um espaço de inclusão, tanto da diferença como da equidade, o que não se verifica na prática. Na realidade, os testemunhos dos jovens refletem alguns comportamentos discriminatórios, particularmente entre os professores, como menciona Ana quando refere que... *“os professores sempre preferem os brancos, são os que recebem melhores notas e aos quais prestam maior atenção nas aulas, na minha escola há muita discriminação”*. Ana é de origem cabo-verdiana e frequenta uma escola fora do VA, onde a maioria dos alunos são de origem portuguesa. Também com a Jacinta (angolana) acontece o mesmo; recentemente mudou-se para uma escola fora do bairro, no Barreiro, e ao falar da dificuldade na adaptação à nova escola refere *“...eu sou a única aluna preta da minha turma, e isso não me acon-*

tecia quando frequentava a secundária do Vale. Adaptar-me tem sido muito difícil, a gente é mais fechada e associam-nos ao Vale, aos pretos e de daí à criminalidade e à violência”. Estes estereótipos tendem a englobá-los numa mesma categoria, maioritariamente, negativa. As experiências de discriminação influem diretamente no comportamento dos jovens e na internalização dos diferentes padrões culturais. Paralelamente, os jovens, recriam eles próprios a sua pertença a uma cultura mista.

Como assinalado, as práticas discriminativas sofridas pelos jovens vão desde atitudes quase impercetíveis até acusações verbais, todas elas com consequências ao nível da construção da identidade dos mesmos e no desenvolvimento das suas pertenças, bem como na reafirmação ou renúncia de “quem eu sou” e de “quem eu não sou”. Este tipo de práticas é mais comum ocorrer fora do bairro, fora dos seus círculos de pertença. Relativamente aos fatores de discriminação mais relevantes apontam a origem e a cor da pele. Os grupos minoritários tendem a ser associados a estereótipos negativos, sendo percebidos inclusive em contextos de imigração como uma ameaça quer na concorrência pelo emprego, quer na segurança nacional, sofrendo diversos tipos de discriminação e racismo. Sem dúvida, nos processos de inclusão e participação, a discriminação e o racismo são considerados barreiras intransponíveis que dificultam a criação de sentimentos de pertença, bem como impedem os jovens de se sentir totalmente portugueses.

### Afinidades, identidades e perfis culturais

A análise dos elementos anteriores (naturalidade, nacionalidade, socialização e discriminação) possibilitou distinguir três perfis (tipos de identidades) , resumidos no quadro 4 . Os jovens posicionam-se de forma diferenciada neste continuum entre África e Portugal mas todos eles são possuidores de identidades mistas, incluindo elementos de várias culturas e apresentando sentimentos ambíguos.

**Quadro 4 – Tipos de identidade**

Afinidade portuguesa	Entre-culturas	Afinidade africana
Bruno	Nelson	Alegria
Tatiana	Paulo	Edson
Paula	Tatiana D.	Ricky
Fábio	Mohamed	Dino
Ana	Tânia	Cythia
Madail	Vânia	Deyamira
Gonçalo	Solange	
	Jurema	

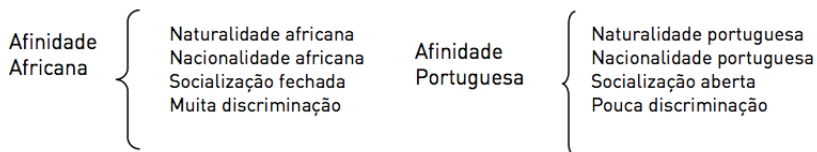
Seguidamente apresentam-se as características principais de cada grupo.

Dentro do primeiro grupo, a que chamamos “afinidade mais portuguesa”, encontram-se os jovens de naturalidade e nacionalidade portuguesa, sendo alguns deles filhos de casamentos mistos, entre portugueses e cabo-verdianos. Este grupo apresenta uma socialização mais aberta, incluindo amigos e relações mais frequentes com portugueses, quer pelo facto de frequentarem uma escola fora do bairro, quer pelo envolvimento em atividades sociais, como os grupos da Igreja, associações sociais e atividades musicais. Apesar de estes jovens também terem sofrido algumas práticas de discriminação, estas têm tido uma menor influência na construção da sua identidade. Todos eles apresentam fortes sentimentos de pertença a Portugal, sentindo-se mais portugueses e identificando-se claramente com a sociedade onde residem, tal como se observa no testemunho da Tatiana (16) *“Eu sou uma portuguesa típica, sou muito reservada e calma”* e do Bruno (18): *“Eu só falo português, mas a mãe da minha avó falava crioulo com a minha avó. Mas depois de ela morrer, acabou...eu me sinto português, mas gosto de ir dançar música Africana, porque os meus amigos são africanos”*. Dentro deste grupo, também há dois casos que não têm naturalidade nem nacionalidade portuguesa, Gonçalo e Madail. Mas apesar dos vínculos materiais mais fracos em relação aos outros, os seus sentimentos de pertença à sociedade portuguesa são fortemente marcados.

No outro extremo encontra-se o grupo constituído pelos jovens com maior afinidade africana que engloba jovens com características de naturalidade e nacionalidade estrangeira. Mostram uma socialização mais fechada tendo sofrido mais frequentemente práticas de discriminação. Relativamente à socialização, alguns viveram parte da sua infância no seu país de origem, os seus amigos são em geral da mesma origem, não têm quase nenhum contacto com portugueses, e alguns deles pelo facto de terem família no seu país de origem, vêm reforçados mais ainda os vínculos. Estes jovens costumam também ter fortes vínculos simbólicos com a sua sociedade de origem nomeadamente na participação ativa em atividades que envolvem a cultura africana. Por esse motivo, muitos deles têm sofrido recorrentemente discriminação devido às suas origens, como se pode verificar nos seguintes testemunhos: Alegria (18): *“Sinto-me dá Guine minha avó está lá, minhas tias e meus amigos. Vivi lá toda a minha infância, me sinto de lá”*. Edson (20): *“Sinto-me de ambos lugares, porque nasci e vivi a minha infância lá. Sinto-me mais santomense, porque a maioria dos meus amigos são santomenses. Não me sinto português e não sei quando vou sentir-me português, se calhar quando veja menos exclusão social e menos desigualdades...”* e Dino (20): *“Eu me sinto mais cabo-verdiano, mas não sei como explicá-lo... em Damaia [onde morava antes] toda a gente falava Crioulo, mas cá no Vale não é assim. O Vale é mais próximo de Portugal, enquanto Damaia é um pouco de Cabo Verde em Portugal”*. Dentro deste grupo também existem exceções, como os casos de Dino e de Deyamira, ambos nascidos em Portugal e com nacionalidade portuguesa. Dino é novo no bairro e morou sempre no bairro 6 de Maio que, como ele refere, é “um

*pedaço de Cabo-Verde em Portugal*". Morar num bairro constituído praticamente por cabo-verdianos não facilitou as relações inter-grupo, desenvolvendo a sua identidade baseada em referências a Cabo-Verde, quer ao nível familiar quer social. Deyamira apesar de ter nascido em Portugal mantém contacto assíduo com Angola já que parte da sua família (tios e avós) se encontra nesse país, tendo viajado frequentemente para visitá-los. Tem sentido muitas demonstrações de racismo pelo facto de ser "ne-gra", como refere, não se sentindo portuguesa, já que se identifica mais com a forma de ser do angolano. Ambos os jovens têm evidentes vínculos objetivos com Portugal, mas as suas pertenças simbólicas, afastam-nos. Na seguinte Figura 4.2 resumem-se as características principais, base desta distinção.

**Figura 2 – Aspetos mais importantes dos tipos de identidades**



Por último identificámos o grupo denominado "entre culturas" que vem reafirmar a importância da identidade mista/híbrida nestes jovens descendentes de imigrantes. Estes jovens partilham um sentimento comum que é o de não se sentirem de nenhum lado, ou divididos entre cá e lá, ou no meio de ambas culturas, aproveitando esta situação em seu próprio benefício, mudando inclusivamente os comportamentos de acordo com diferentes situações, como é o caso da Tânia (21): "*Considero-me metade angolana, metade portuguesa. No trabalho e na escola sou portuguesa, mas quando estou com a minha gente, não tem nada a ver com Portugal. ...quando chego ao Vale, é como voltar a Angola.*" "*...quando estou no trabalho sou de uma forma[...] mas quando chego ao bairro, sou eu mesma, mudo completamente...*"

Embora alguns deles tenham efetivamente vínculos objetivos como a nacionalidade e apresentem inclusive uma socialização mais aberta (Jacinta, Tatiana) não conseguem gerar sentimentos de pertença nem a um país nem a outro. Os jovens falam muitas vezes de um sentimento ambíguo, que dificulta a sua identidade, como o caso de Jacinta ao referir como se sente diferente em Portugal e em Angola "*sinto-me mais angolana, cá (em Portugal) que em Angola...quando vou lá me sinto portuguesa porque eles não me reconhecem como igual...*"

Neste sentido, uma vinculação objetiva por si própria não é suficiente, mas sim necessária, para uma inclusão na sociedade. Alguns dos jovens sentem-se estrangeiros na sua própria terra, a falta da nacionalidade portuguesa e o seu consequente



“não reconhecimento” como portugueses (Nelson e Vânia), vai além do âmbito jurídico e material, impedindo-os de se sentirem plenamente portugueses. Estes jovens encontram-se precisamente neste transitar de culturas. A reinterpretação deste espaço é também determinada pelas trajetórias pessoais e profissionais dos jovens.

Tendo em conta o exposto, as políticas de inclusão destes jovens deveriam dar atenção à identidade híbrida, numa perspetiva que envolva o passado colonial e a subsequente hierarquização das sociedades em termos de poder real e simbólico. A interpretação deste tipo de hibridismo cultural como argumenta Anthias (2001) deve valorizar sempre o contexto da sociedade onde se desenvolve do ponto de vista moral, ético e político.

### **Considerações Finais**

A construção da identidade é um processo fundamental e complexo nos jovens descendentes de imigrantes africanos, que se define e negocia entre África e Portugal, entre a afirmação e a resistência, entre a semelhança geracional e a diferença cultural. A identidade mista, não necessariamente baseada em duas culturas opostas, acaba por ser uma característica predominante nestes jovens. Esta identidade mista é considerada “híbrida” no sentido referido por Bhabha (1994), não se tratando da junção das duas culturas, mas sim de “espaços intermédios” onde se “traduz” a cultura maioritária (dominante) na cultura minoritária e se negociam significados no limite das culturas. Torna-se pois importante ressaltar que a hibridização dá-se entre identidades situadas assimetricamente em relação ao poder. Este “terceiro espaço”, assinalado por Bhabha, é sempre construído através de processos de negociação e resistência.

Nestes jovens a construção da identidade híbrida deve ser analisada como um processo ideológico e político num contexto de pós-colonialismo. Pode ser igualmente sujeito a preconceitos ser africano como ser um “*misto*” entre africano e português. Fatores de diferenciação estrutural como a classe, o género ou a nacionalidade somados aos efeitos duma racialização silenciosa devem ser considerados na análise dos processos de inclusão e exclusão da chamada *segunda geração* de imigrantes.

Relativamente à importância que muitos destes jovens atribuem à identidade africana, esta pode ser interpretada como resultante do facto de se sentirem rejeitados pela sociedade portuguesa. A necessidade de legitimar a identidade africana leva-os a uma “aprendizagem” de como ser africano em Portugal.

## Notas

<sup>1</sup> Chamaremos africanos, mas refere-se especificamente a Cabo-Verde, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, países de língua oficial portuguesa (PALOP).

<sup>2</sup> As escolas selecionadas foram: Escola Secundária da Amadora, Escola Azevedo Neves, Escola Fernando Namora, Escola Secundária Baixa da Banheira, Escola Mouzinho da Silveira e Escola 2+3 Vale da Amoreira e as Organizações: Associação Moitense Amigos de Angola, a Iniciativa Bairros Crítico, o Centro Social 6 de Maio e o Programa Escolhas *Anos Ki Ta Manda*.

<sup>3</sup> Ambas as zonas estão maioritariamente habitadas por imigrantes dos PALOP de longa data, contando com uma elevada percentagem de população jovem entre os 15 e 24 anos.

<sup>4</sup> Variável medida do número de integrantes da família, sendo o menor valor mencionado 2 e o maior 11

<sup>5</sup> O valor do *Rho* de Spearman é  $r=0,396$ ,  $p<0,0001$

<sup>6</sup> Para as mães o valor do *Chi2*=19.767,  $p<0,001$  e para os pais o valor de *Chi2*=7.533,  $p<0,05$

<sup>7</sup>  $F=13,698$ ,  $p<0,001$  com um coeficiente *Eta*=0.395

<sup>8</sup> Identidade nacional  $F=10,490$ ,  $p<0,001$  e para a identidade estrangeira  $F=11,687$ ,  $p<0,001$

<sup>9</sup>  $F=7,287$ ,  $p<0,001$  com um coeficiente *Eta*=0.410 trata-se de uma relação moderada

<sup>10</sup> É possível que a análise peque por um excessivo dualismo, mas quando falamos em termos dicotómicos, não os usou como excludentes, mas sim como extremos de um eixo contínuo, onde se localizam infinitas posições intermédias. Não estamos a falar de ricos e pobres, integrados e desintegrados, mas sim de inúmeras situações intermédias. É possível que esta análise seja vista como demasiado reducionista, mas a nossa motivação é reduzir para poder descobrir perfis ou "tipos ideais", não pretendendo abarcar a realidade, mas sim analisá-la.

<sup>11</sup> Requisitos de nacionalidade da nova Lei. Alguns dos requisitos para que os filhos acedam à nacionalidade, é que os pais tivessem residência legal no país pelo menos há 5 anos, na altura do nascimento do filho (antigamente 6 anos para os imigrantes PALOP na antiga lei de nacionalidade). Também é um requisito necessário a integração dos filhos no sistema de ensino e uma prova de língua portuguesa.

## Referências Bibliográficas

- Alba, R. e Nee, V. (2003), *Remaking the American Mainstream: assimilation and contemporary immigration*, Cambridge: Harvard University Press.
- Anthias, F. (2001), "New hybridities, old concepts: the limits of culture" *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 24 No. 4, pp. 619-664.
- Bhabha, H. (1994), *The Location of Culture*, Londres: Routledge.
- Canclini, N.G. (1995), *Hybrid Cultures: Strategies for Entering and Leaving Modernity*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Chow, R. (1998), *Ethics After Idelism: Theory-Culture-Ethnicity-Reading*, Bloomington: Indiana University Press.
- Feixa, C. (2006), *De Jóvenes, Bandas e Tribus*, Barcelona: Editorial Ariel.
- Gans, H. (2009) "First generation decline: downward mobility among refugees and immigrants", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 32, No. 9, pp. 1658-1670.
- Gans, H. (1992), "Second generation decline: scenarios for the economic and ethnic futures of the post-1965 American immigrants", *Ethnic and Racial Studies*, Vol.15, No. 2, pp. 173-192
- Giddens, A. (1994), *Modernidade e Identidade pessoal*, Oeiras: Celta Editora.
- Grillo, R. (2003) "Cultural essentialism and cultural anxiety", *Anthropological Theory*, Vol 3(2); London, SAGE Publications, pp. 157-173. [Disponível em <http://ant.sagepub.com/cgi/content/abstract/3/2/157>].
- Hall, S. (2000) "Quem precisa da identidade?" in Silva, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, pp. 103-133.

- Hall, S. (2003), "Cultural Identity and Diaspora", in Jana Evans Braziel and Anita Mannur (eds.), *Theorizing Diaspora*, Malden, MA: Blackwell, pp.233-246.
- Haritaworn, J. (2009), "Hybrid Border-Crossers? Towards a Radical Socialization of Mixed Race", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 35, No. 1, pp. 115-132.
- Healy, C. (2011), *Cidadania Portuguesa: A nova Lei da Nacionalidade de 2006*, Lisboa: ACIDI.
- Heaven, C. and Tubridy, M. (2003), "Global Youth Culture and Youth Identity", Arvanitakis J, ed. *Highly Affected, Rarely Considered: The International Youth Parliament Commission's Report on the Impacts of Globalization on Young People*, Publisher Oxfam International Youth Parliament (OIYP), Sydney, pp.149-60
- Hutnyk, J. (2005) "Hibridity", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 28, No. 1, pp. 79-102.
- Laclau, E. and Mouffe, C. (1985), *Hegemony and Socialistic Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres: Verso.
- Machado, F.L. (2002), *Contrastes e Continuidades: migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Machado, F.L. (2007) "Jovens como os outros? Processos e cenários de integração dos filhos de imigrantes africanos em Portugal", António Vitorino (org.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 169-197.
- Marques, J.F. (2007), *Do "Não Racismo" Português aos Dois Racismos dos Portugueses*, Lisboa: ACIDI.
- Mouffe, C. (1994), "For a Politics of Nomadic Identity", in Robertson, G. et al. (eds), *Travellers' Tales: Narratives of Home and Displacement*, London: Routledge, pp. 105-113.
- Ortiz, A. (2010), *A identidade na encruzilhada: jovens descendentes de imigrantes e os seus processos identitários*, ISCTE-IUL, Departamento de Sociologia (tese de mestrado).
- Padilla, B., (2011) "Recriando identidades juvenis entre jovens de descendência Africana na Area Metropolitana de Lisboa", Pais, J.M., Bendit, R. e Ferreira, V.S. (orgs.) *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp.159-180.
- Padilla, B. (2007), "Acordos Bilaterais e Legalização: O impacto na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal" in Malheiros, J. (org, *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI, pp. 113-134.
- Padilla, B. e Ortiz, A. (2008), "Final local report on questionnaire analysis", *EU Project TRESEGY*, Sixth Framework Programme.
- Padilla, B., Rodrigues, V. e Ortiz, A. (2008), "Monographic Report on Ethnographic Data", *EU Project TRESEGY*. Sixth Framework Programme.
- Pais, J.M. (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Portes, A. (1999), *Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta Editora.
- Portes, A. e Min Zhou (1993), "The new second generation: segmented assimilation and its variants among post-1965 immigrant youth", *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, Vol. 530, pp. 74-96.

- Portes, A., Fernández-Kelly, P. e Haller, H. (2006) "La asimilación segmentada sobre el terreno: la nueva segunda generación al inicio de la vida adulta", *Migraciones*, 19, pp. 7-58.
- Saint-Maurice, A. de (1997), *Identities Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Soysal, Y. (2000) "Citizenship and Identity: living in diásporas in post-war Europe?" *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 23, No.1, pp. 1-15.
- Spivak, G. (1999) *Critique of Postcolonial Reason: Towards a History of the Vanishing Present*, Cambridge: Harvard University Press.
- Taguieff, P.A. (1990) "The new cultural racism in France", *Telos* 83, pp 109-122
- Vala, J., Brito, R. e Lopes, D. (1999), *Expressões dos racismos em Portugal*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Vilar, M.R., Cantinho, V. e Parra, S. (2009), *Crescer fora de água? Expressividades, posicionamentos e negociações identitárias de jovens de origem africana na região metropolitana de Lisboa*, Lisboa: ACIDI.
- Windle, J. (2008), "The racialisation of African Youth in Australia", *Social Identities*, Vol. 14 No. 5, pp. 553-566.
- Woodward, K. (2004), *Questioning identity: gender, class, ethnicity*, London: Routledge.
- Young, R. (1996), *Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture and Race*, London: Routledge.